

----- **ATA N.º 2/2015** -----

-----Aos 30 dias do mês de abril de 2015, pelas 10h, no Salão Nobre dos Paços do Município de Celorico da Beira, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal, sob a presidência da Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Ana Isabel Lucas Cabral Janelas. -----

-----**Efetuada a chamada compareceram a esta sessão os seguintes membros:** -----

-----Vera Lúcia Alves Portugal; -----

-----José Albano Pereira Marques; -----

-----João Paulo Monteiro Antunes; -----

-----Isabel Maria dos Santos Flor de Sousa; -----

-----Ana Isabel Lopes Correia; -----

-----Joaquim Lopes de Abreu; -----

-----Flávio Manuel Granjal de Sá; -----

-----Filipe Miguel Rosa Guerra; -----

-----António Carlos Reis da Fonseca Faria de Almeida; -----

-----Maria Angelina Marques Dias; -----

-----Maria Silvina Achando da Cruz Santos; -----

-----António Carlos do Nascimento Marques; -----

-----Hélder Achando Costa; -----

-----António dos Santos, Presidente da Junta de Freguesia do Baraçal; ---

-----Davide Lopes Pereira, Presidente da Junta de Freguesia de Carrapichana; -----

-----Júlio Cruz, Presidente da Junta de Freguesia de Casas de Soeiro; ---

-----Daniela Filipa Amaro Caetano, Tesoureira da Junta de Freguesia de Fornotelheiro, em substituição de Bruno Alexandre Castro de Almeida; -----

-----António Manuel Pinto Patrício, Presidente da Junta de Freguesia de Lageosa do Mondego; -----

-----Luís Bernardo Pina Mimoso, Presidente da Junta de Freguesia de Linhares da Beira; -----

-----António Joaquim Fernandes Gomes, Presidente da Junta de Freguesia de Mesquitela;-----

-----José Francisco Gomes, Presidente da Junta de Freguesia de Minhocal;-----

-----Porfírio Miguel da Fonseca Galante, Presidente da Junta de Freguesia de Prados;-----

-----Natália Batista Nobre, Presidente da Junta de Freguesia de Ratoeira;

-----Aires Manuel Silva Relvas, Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Azares;-----

-----Marco Paulo de Andrade Rodrigues, Presidente da União de Freguesias de Açores e Velosa, *ausentou-se da sessão às 13:00, tendo comunicado à mesa, por escrito, e nos termos do regimento foi autorizada a sua saída;*-----

-----Teresa Susana Ferreira Tente, Presidente da União de Freguesias de Cortiço da Serra, Vide-entre-Vinhas e Salgueirais;-----

-----António da Fonseca Ascensão, Presidente da Junta de Freguesia de Rapa;-----

-----Cláudia Sofia Pinheiro Ruivo, Secretária da União de Freguesias de Celorico (São Pedro e Santa Maria) e Vila Boa do Mondego, em substituição de José Rocha Gonçalves.-----

-----**Faltaram a esta sessão e justificaram atempadamente a sua ausência, os seguintes membros:**-----

-----António Manuel dos Reis Álvaro e Luís Filipe Pinheiro da Costa.-----

-----**Faltou a esta sessão e não justificaram atempadamente a sua ausência, os seguintes membros:**-----

-----Manuel Matos Torres;-----

-----André Diogo de Jesus Correia, Presidente da Junta de Freguesia de Maçal do Chão, *nos termos do n.º 2, do art.º 40.º, do Regimento da Assembleia Municipal.*-----

-----  
-----Estiveram presentes nesta sessão, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, José Francisco Gomes Monteiro, o Senhor Vice-Presidente, José Luís Saúde Cabral e os Senhores Vereadores, Maria do Céu Neves Martins Louro e Manuel António de Almeida Portugal. -----  
-----

-----Em virtude do 1.º Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, Senhor António Manuel dos Reis Álvaro, estar a faltar a esta sessão foi convidada para a mesa, a Senhora Deputada Maria Silvina Achando da Cruz Santos. -----  
-----

-----Verificada a existência de quórum para funcionamento da Assembleia Municipal, a Senhora Presidente da Mesa da Assembleia, secretariada pelos Senhores Deputados, Flávio Manuel Granjal de Sá e Maria Silvina Achando da Cruz Santos, na qualidade de primeiro e segundo secretários respectivamente, declarou aberta a sessão. -----  
-----

-----**ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

-----De acordo com o disposto no art.º 22.º, do Regimento da Assembleia Municipal, a Senhora Presidente da Mesa da Assembleia procedeu à abertura de um período de antes da ordem do dia, destinado ao tratamento de assuntos gerais de interesse para o Município. -----  
-----

-----O Senhor **Deputado Joaquim Abreu** começou por dizer que pretendia colocar duas questões. A primeira era relativamente à última sessão da Assembleia, pretendendo saber se foi considerada falta aos deputados que se ausentaram da sessão. A segunda questão prendia-se com a fixação de pessoas no concelho através da criação de emprego, que considera fundamental e prioritário e questionou o Executivo se, desde a última sessão da Assembleia houve novos desenvolvimentos, quer nas

infraestruturas em falta, quer no interesse por parte dos investidores, no Parque Industrial da A25.-----

-----A Senhora **Presidente da Mesa da Assembleia** relativamente às faltas esclareceu que foi aplicado o estipulado no regimento da Assembleia Municipal, mais concretamente, o disposto nos n.ºs 2 e 3, do artigo 40.º, e que segundo os mesmos “Será considerado faltoso o membro da Assembleia Municipal que sem justificação só compareça passados mais de trinta minutos sobre o início dos trabalhos ou, do mesmo modo, se ausente definitivamente antes do termo da reunião”, e “Em caso de atraso ou abandono imprevisível e justificado deverá o membro solicitar à Mesa a sua integração ou abandono nos trabalhos, a qual decide de imediato”.-----

-----De acordo com o disposto no n.º 7, do art.º 22.º, do Regimento da Assembleia Municipal, usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar os esclarecimentos solicitados pelos Senhores Deputados. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** começou por dizer que compreende a preocupação do Senhor Deputado, porque de facto a criação de emprego é primordial para o concelho e para a região. -----

-----Relativamente ao Parque Industrial, informou que todas as infraestruturas estão concluídas à exceção de duas, que são a elétrica e de saneamento. A elétrica porque à última da hora a Ascendi entendeu que não poderia ser subterrânea, mas sim, aérea. A autarquia já solicitou orçamentos e vai executar a obra. Quanto ao saneamento, o contrato com as AdZC estipulava a construção de uma ETAR compacta, para aquela zona, mas a empresa abandonou o projeto e obrigou a autarquia a arranjar uma solução, que passará, pela implantação de uma fossa compacta. Depois destas duas infraestruturas estarem terminadas o parque estará operacional. -----

-----  
-----O Senhor **Deputado António Faria** referiu que na ata não dá a entender que os Deputados tenham falta. -----

-----Disse ainda, que o Senhor Presidente da Câmara poderia aproveitar o quadro comunitário Portugal 2020 para fazer o complexo desportivo que anunciou nas eleições em 2009, que, entre várias infraestruturas constavam umas piscinas ao ar livre, uma pista de karting, entre outros. -----

-----O Senhor **Deputado José Albano** relativamente à intervenção do Senhor Deputado disse que a bancada do PS tinha a intenção de apresentar uma proposta ao Executivo. Essa proposta era no sentido de a autarquia diligenciar junto da Associação de Melhoramentos de Celorico da Beira, para estabelecerem uma parceria, em que a Associação usaria o dinheiro que recebeu da autarquia por uma condenação relativa ao desaparecimento de material, em mandatos anteriores, em prol da comunidade. A autarquia cedia um terreno e a Associação faria a infraestrutura com esse valor que ronda os 245 mil euros. -----

-----Frisou que a bancada do PS apresenta esta proposta, de forma a viabilizar um complexo desportivo que todos ambicionam. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** disse que se houver uma oportunidade para se fazer esse investimento seria ótimo, mas fica a proposta do Partido Socialista. -----

-----Informou ainda, que a Câmara Municipal vai iniciar a curto prazo um circuito de manutenção nesse espaço, se futuramente se conseguir concretizar o restante projeto seria excelente, a autarquia neste momento financeiramente não tem qualquer hipótese. Concluiu dizendo que os investimentos não são assim tão lineares e às vezes é necessário reformular prioridades. -----

-----O Senhor **Deputado Joaquim Abreu** é da opinião de que, se o Executivo pretender fazer uma obra desta envergadura, o que considera pouco provável, terá que ter o cuidado de projetá-la de acordo com as necessidades e a realidade do concelho. Quanto ao circuito de manutenção considera uma boa opção, no entanto alerta para a necessidade de limpeza da mata que circunda o espaço. -----

-----**ORDEM DO DIA**-----

-----1. **APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 26/2/2015**-----

-----Foi presente a ata n.º 1, referente à sessão ordinária do dia 26/2/2015, cujo texto foi previamente distribuído por todos os membros, para retificação e posterior aprovação. -----

-----**Dispensada a sua leitura, foi a mesma aprovada por maioria, com 9 abstenções.**-----

-----O Senhor **Deputado Joaquim Abreu** solicita que constem desta ata as alterações que tinha à ata do dia 12/12/2014, e que pelo facto de se ter ausentado na sessão do dia 26/2/2015, acabaram por não constar da mesma. -----

-----Apresentando-as de seguida e que se transcrevem: -----

-----Página 103 “Já havia estranhado a justificação dada em Assembleia anterior e também na Comissão Permanente sobre assuntos que têm de ser aprovados depois das 00:00H. Quer que lhe expliquem, pois ainda não conseguiu encontrar na legislação o porquê de não se poderem aprovar contas ou orçamentos depois da meia-noite quando as reuniões não se realizam a 30 de abril ou a 31 de dezembro e sendo hoje dia 12, não entende a justificação”;-----

-----Página 111 “...disse que, pela forma como o Sr. Deputado José Albano se dirigiu à bancada do PPD-PSD/CDS-PP parece ter dado a entender, que a oposição não faz compras no comércio local, espera ter percebido mal...”-----

-----Página 123 “...No entanto é necessário referir que esta imposição é resultado da gestão que se tem praticado nas Autarquias nos últimos anos. Também é essencial...”-----

-----A Senhora **Deputada Vera Portugal** relativamente à última sessão referiu que, leu na ata a intervenção do Senhor Deputado José Albano, que em resposta ao Senhor António Fonseca, sobre o facto de não ter sido convidado a participar na Feira do Queijo, disse que não foi este ano mas poderá sê-lo no futuro. Questiona esta opção do Executivo, porque a seguir este caminho a Feira do Queijo Serra da Estrela irá acabar. Pretendeu saber qual era a estratégia do município de Celorico da Beira, se era promover o queijo Serra da Estrela artesanal ou os produtos locais. -----

-----O Senhor **Deputado José Albano** começou por dizer que neste certame da Feira do Queijo foi dado um salto qualitativo, tentaram ouvir aqueles que ao longo dos últimos anos têm feito a sua atividade profissional na área do queijo, com um fabrico industrial, introduzindo nomeadamente as empresas que apareceram na reportagem televisiva, para que as pessoas possam distinguir os dois processos de fabrico e os produtos daí resultantes, os dois de qualidade, mas distintos. Esta é uma vertente pedagógica que foi introduzida através de uma iniciativa apelidada de “Rota do Queijo” e foi no âmbito desta iniciativa que contactaram o Senhor António Fonseca a participar. -----

-----Disse que é incontestável que Celorico da Beira é efetivamente o maior concelho produtor de queijo Serra da Estrela, bem como aquele que tem maior número de produtores com queijo certificado. -----

-----Por fim, frisou que a estratégia do Executivo é promover e proteger o produto Queijo Serra da Estrela, estratégia que tem seguido nos últimos anos e que tem apresentado resultados. No entanto, as versões industriais não podem ser colocadas de parte, porque trata-se de postos de trabalho, que têm de ser protegidos e mantidos. Daí haver esta preocupação em introduzir no certame, este tipo de queijo, sem entrar em colisão com o queijo certificado. -----

-----O Senhor **Vereador José Luís Cabral** disse que todo o investimento é bem-vindo, mas o Município tem apostado em defender a marca Queijo Serra da Estrela, preservando a sua qualidade e distinguindo-o do queijo de fábrica, que também apresenta qualidade, mas com características distintas. Disse que a autarquia apoia todas as pessoas que pretendam investir nesta área e criar emprego, mas sem banalizar o genuíno queijo serra da estrela, típico da região, porque isso seria abandonar a “bandeira” do concelho de Celorico da Beira.-----

-----O Senhor **Deputado Hélder Costa** sobre esta temática referiu que é necessário haver uma clara distinção entre estes três modos de fabrico, que é o tradicional, o fabril e o certificado, ou seja o genuíno queijo serra da estrela. Perante isso e depois de feito esse trabalho, não lhe parece que haja qualquer inconveniente, em estarem representados no certame. Referiu que muitos produtores tradicionais não podem certificar queijo e alguns que o faziam estão a abandonar, porque não é rentável. Felicitou a autarquia por estar a ajudar os produtores nesta matéria.-----

-----**2. RESUMO DO EXPEDIENTE PARA CONHECIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL**-----

-----**FALTAS INJUSTIFICADAS – SESSÃO ORDINÁRIA DE 26/2/2015 (DECISÃO QUE AGUARDA PARECER JURÍDICO)**-----

-----Vera Lúcia Alves Portugal; -----



-----João Paulo Monteiro Antunes; -----  
-----Isabel Maria dos Santos Flor de Sousa; -----  
-----Joaquim Lopes de Abreu; -----  
-----António Carlos Reis da Fonseca Faria de Almeida; -----  
-----Maria Silvina Achando da Cruz Santos; -----  
-----Manuel Matos Torres; -----  
-----Luís Filipe Pinheiro da Costa. -----

-----**EXPEDIENTE** -----

-----A Senhora **Presidente da Mesa da Assembleia** deu conhecimento do expediente da Assembleia Municipal, documento cuja cópia se anexa a esta ata, considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta reunião **(1)**, que se encontra na secção de apoio aos órgãos municipais, para quem pretenda consultar. -----

-----**3. INFORMAÇÃO ESCRITA DO EX.MO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL SOBRE A ATIVIDADE MUNICIPAL, BEM COMO, A SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO**-----

-----Nos termos do disposto na alínea c), do n.º 2, do art.º 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12/9, o Senhor Presidente da Câmara deu conhecimento por escrito da atividade do Executivo, documento que se anexa à presente ata considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta reunião **(2)**.-----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** esclareceu que o documento distribuído continha toda a informação sobre a atividade municipal, desde a última Assembleia Municipal, pelo que, se colocava à disposição dos Senhores Deputados caso pretendessem algum esclarecimento. -----

-----**4. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS RELATIVOS A 2014**-----

-----Foi presente o documento em título, aprovado por maioria, em reunião do Executivo, realizada no dia 22/4/2015, cuja cópia do documento se anexa a esta ata, considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta reunião **(3)**. -----

-----O Senhor Presidente da Câmara deu a palavra ao técnico, Dr. José Tavares para fazer a apresentação dos documentos. Começou por informar que o Resultado Líquido do Exercício vai para abatimento dos Resultados Transitados. Relativamente à Certificação de Contas, esclareceu que a única reserva do ROC prende-se com a valorização do património. Situação que será resolvida com a nomeação de uma comissão acreditada para esse efeito. -----

-----Referiu que a redução de custos, aumento da receita e a especialização da receita e despesa contribuem para um aumento dos resultados face ao ano anterior. O resultado obtido foi aplicado na amortização da dívida.-----

-----Disse que a autarquia aquando da publicação da Lei n.º 53/2014, de 25/8, pelos critérios definidos preenchia os critérios do FAM, mas como estavam em situação de reequilíbrio financeiro podiam pedir suspensão do FAM. Contudo, em reunião com as entidades competentes foram aconselhados a aderir, por ser mais vantajoso para o Município. -----

-----Informou ainda que o FAM prevê a internalização das Empresas Municipais e o estudo que a autarquia enviou para a Comissão já prevê a internalização da EMCEL. -----

-----Referiu que, uma vez que a EMCEL teve um resultado negativo, vai obrigar o Município a fazer a cobertura de prejuízos. -----

-----Informou que o Município teve uma redução de 12,82% do excesso de endividamento, conseguido pelo escrupuloso cumprimento da lei dos compromissos. Mencionou ainda que a autarquia não está a conseguir fazer a redução dos pagamentos em atraso, porque como está sempre a

entrar dívida, mais concretamente a da AdZC e do MRG, e por força da lei dos compromissos, a 31/12 consta sempre como dívida em atraso. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** relativamente às AdZC esclareceu que em reunião da CIM os municípios tinham acordado que não iriam pagar os 50% relativos à consignação da receita, nos termos da nova lei. No entanto, ele entendeu que deveria pagar, mas continua a devolver a faturação. Informou que o Município de Celorico da Beira está a analisar o processo e irá colocar uma ação única contra as AdZC, porque considera que não foi cumprido grande parte do estipulado no contrato de concessão, bem como a autarquia nunca recebeu qualquer valor pelas infraestruturas que as AdZC receberam. -----

-----De seguida, o Técnico passou a fazer uma explicação do documento. Os documentos de prestação de contas, bem como, as regras para a sua elaboração e a quem deverão ser enviados, estão definidos no Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro (POCAL). Os princípios fundamentais relativos à contabilidade, prestação e auditoria externa das contas estão delineados na Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro – Lei das Finanças Locais (LFL). O ano de 2014 foi um ano de grande contenção a nível de despesas, situação causada tanto pela austeridade verificada a nível nacional, bem como, a necessidade do Município de Celorico da Beira reduzir as dívidas a terceiros de modo a cumprir com as imposições da LFL ao nível do endividamento.-----

-----Deu conhecimento de que a 18 de março de 2015, o Município apresentou uma candidatura ao Fundo de Apoio Municipal (FAM), conforme o estipulado na Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto, sendo que os pedidos de financiamento de reequilíbrio financeiro e PAEL que se encontravam a aguardar o visto do Tribunal de Contas, devem ser anulados e substituídos com esta candidatura ao FAM, após as deliberações por parte do Executivo e da Assembleia Municipal. Apesar da prioridade em reduzir o montante da dívida, em 2014 o Município de

Celorico da Beira conseguiu concluir investimentos em infraestruturas, suportados em apoios comunitários de acordo com diversas candidaturas aprovadas. -----

-----Deu também conhecimento de que de acordo com o art.º 40.º, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, a regra de equilíbrio orçamental prevê que a receita corrente deve ser superior à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo. Esta nova regra altera o pressuposto do POCAL anteriormente em vigor, em que bastava apenas que as receitas correntes fossem iguais ou superiores às despesas correntes. Tendo em conta a nova regra de equilíbrio orçamental, as amortizações médias em 2014 foram de 2.658.813,83€, calculadas de acordo com a Lei e com a nota explicativa do SATAPOCAL sobre esta matéria. De acordo com o valor apresentado, o Município não se encontra em equilíbrio, por imposição da nova Lei das Finanças Locais, apesar de cumprir com o estipulado no POCAL. Este facto deve-se essencialmente à existência de um empréstimo da CGD, contraído em maio de 1998, cujas amortizações de capital se encontram em atraso, situação essa, negociada com a entidade bancária, onde a respetiva liquidação total estava prevista no plano de reequilíbrio financeiro, devendo agora a sua liquidação ser concluída com a adesão ao FAM. -----

-----À semelhança do ano anterior, em 2014 o Orçamento de Estado alterou a distribuição entre os fundos correntes e de capital, aumentando o montante de FEF corrente a distribuir pelos Municípios em detrimento do FEF de capital, o que gerou um aumento de receitas correntes face a 2013. Salientou que o aumento das receitas de IMI, IMT e Derrama, levaram a um aumento das receitas próprias correntes em cerca de 211.000€, face ao ano anterior, o que também contribuiu para o equilíbrio das despesas correntes. As percentagens das execuções orçamentais em 2014, à semelhança das execuções de 2013, foram muito inferiores às execuções dos anos anteriores, devido ao facto do Município ter orçamentado através de alterações ao orçamento de 2014, as despesas e receitas associadas

aos financiamentos de reequilíbrio financeiro e do PAEL, de acordo com os princípios contabilísticos em vigor, mas que não foram executadas devido à não obtenção do visto do Tribunal de Contas, o que impediu a obtenção dos financiamentos. -----

-----A nível da receita foram previstos 23.803.591,43€ de receitas de capital relativos a empréstimos de PAEL e reequilíbrio financeiro que não foram recebidos em 2014, o que levou a uma baixa execução das receitas de capital. No que diz respeito às despesas, houve diversos encargos correntes e de capital, associados ao reequilíbrio financeiro e PAEL que tiveram de ser orçamentados, cabimentados e comprometidos conforme o exigido pelo Tribunal de Contas e que não foram pagos em 2014, dado não se ter obtido os financiamentos. Relativamente a despesas com o pessoal, entre 2013 e 2014, houve uma redução significativa, situação que deriva do facto de se ter aplicado cortes nos vencimentos dos funcionários públicos, por imposição legal, e de terem havido aposentações e rescisões contratuais ao longo de 2014, situações que contribuíram para o cumprimento da redução do número de trabalhadores em 3%, face a 2013.

-----No que concerne ao balanço, verifica-se um ligeiro aumento do património da autarquia, comparativamente ao ano anterior. Em relação às dívidas a terceiros, foram pagas dívidas antigas, bem como dívida recente, tendo a mesma sido na sua maioria liquidada em 90 dias, à exceção da faturação relacionada com o fornecimento de água e serviços de saneamento. Esta situação deve-se a um contencioso com a empresa AdZC, cuja faturação tem sido devolvida ao fornecedor, apesar da mesma estar contabilizada no Município como em conferência. Registou-se uma grande redução da dívida a terceiros, sendo que a maior parte da redução resultou da amortização da dívida bancária, mas também de dívida resultante de acordos de pagamento. Se for descontada a participação no FAM, em 2014 a redução de dívidas a terceiros face a 2013, foi de 1.574.545,50€. Disse que é notório que presentemente a dívida mensal é significativamente inferior em relação ao passado. -----

-----A Senhora **Deputada Vera Portugal** pretendeu saber quais as consequências da adesão do município ao FAM. Se irão manter-se as taxas já existentes ou se haverá um aumento das mesmas. Pretendeu ainda saber se a adesão ao FAM iria condicionar a possibilidade de o Executivo se candidatar aos programas comunitários. Referiu se a intenção do Executivo internalizar a EMCEL terá alguma consequência para a instituição.-----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** esclareceu que, manter-se-iam as taxas existentes, bem como a exigência de maximização da receita, a diferença era que a dívida deixaria de ser aos fornecedores para passar a ser ao FAM. Relativamente às candidaturas esclareceu que o FAM prevê uma verba para investimentos.-----

-----Informou ainda, que o FAM prevê a internalização das empresas municipais. Durante um ano, os funcionários serão internalizados na autarquia e passado esse tempo o Executivo terá que voltar a pedir autorização ao Tribunal de Contas e DGAL para os manter, justificando a necessidade. A decisão será destas instituições. -----

-----Esclareceu que a autarquia está aberta ao acordo de rescisões se os funcionários assim o entenderem.-----

-----Referiu que, para o Município de Celorico da Beira a melhor opção é o FAM, porque é um programa mais flexível, que permite investimento, ao invés do PAEL, que era muito restritivo. O pagamento será feito ao governo e não às instituições bancárias, no entanto, a autarquia irá manter alguns empréstimos, por terem melhores condições para autarquia. -----

-----O Senhor **Deputado João Paulo Antunes** cumprimentou os presentes e referiu que pretendia fazer algumas questões, grande parte já esclarecidas pelo Dr. José Tavares e pelo Senhor Presidente da Câmara. --

-----Começou por perguntar qual a razão para os custos financeiros/juros terem aumentado em 193 mil euros em 2014, sendo certo que o endividamento da autarquia baixou e mais concretamente o endividamento bancário. -----

-----Pretendeu ainda saber qual o motivo que levou à tomada de decisão estratégica de abandonar a candidatura ao PAEL e terem apresentado uma candidatura ao FAM. Questionou sobre quais as vantagens comparativas em recorrer ao FAM. Relativamente a este assunto disse que pensava já estar esclarecido e o que entendeu foi que foram “empurrados” por força da lei para o FAM e que foram convencidos por alguém que tutela este fundo que este tinha muitas vantagens em relação ao PAEL, facto que ainda não era muito evidente para o Executivo, pelo menos na última sessão desta Assembleia. Hoje, as vantagens já foram elencadas pelo Senhor Presidente e Técnico da autarquia.-----

-----Pretendeu ainda saber, se as últimas contas homologadas pelo Tribunal de Contas foram as de 2009 e se já foram homologadas mais algumas.-----

-----Referiu que esta Câmara Municipal assumiu que, agora, pretende internalizar a EMCEL, questionou sobre quais as razões que levaram a esta mudança de estratégia e quais as consequências. Pensa que já está esclarecido sobre esta questão, ou seja a mudança de estratégia prende-se com o FAM e a consequência é o Município ter de assumir os funcionários da Empresa Municipal. -----

-----Quanto às contas de 2014 e da análise do relatório de gestão concluiu que o Executivo tem como prioridade a contenção de despesa, mas mesmo assim, segundo o mesmo relatório, ainda foram realizados alguns investimentos em 2014. Refere que não se vislumbram estratégias para este concelho, este Executivo está resignado à gestão corrente. Não estão a fazer qualquer esforço para fixarem famílias, uma vez que apresentam taxas municipais no máximo, falta de apoio estrutural no desporto, biblioteca fechada, etc.-----

-----Conclui dizendo, que de facto o Executivo tem conseguido diminuir a dívida, mas mesmo aí o mérito é mais da lei dos compromissos e não de uma estratégia assumida, com objetivos e metas bem definidas. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** esclareceu que o aumento nos custos financeiros fica a dever-se a juros moratórios, nomeadamente das AdZC e MRG. -----

-----Relativamente ao decréscimo da dívida referiu que se deve, essencialmente, às imposições da Lei dos Compromissos e lamenta que esta não tenha sido aplicada desde há 20 anos atrás, provavelmente a situação financeira dos municípios não seria a atual. -----

-----Informou que a biblioteca está concluída, o atraso na sua abertura deve-se ao facto de a rua que a circunda se apresentar em muito mau estado, bem como à inexistência de infraestruturas elétricas e de saneamento. Obras que tiveram que ser executadas de acordo com a disponibilidade financeira da autarquia. Informou que estão a concluir o acervo e em breve será inaugurada. -----

-----No que diz respeito à criação de emprego, referiu que este Executivo foi dos poucos que criou uma alavanca para a criação de postos de trabalho, com o projeto do parque industrial, bem como investiu na manutenção e recuperação dos equipamentos existentes, que estavam praticamente ao abandono. -----

-----O Senhor **Deputado João Paulo Antunes** disse que há duas formas de fixar pessoas. Em primeiro lugar, encetar estratégias para manter os residentes e depois, para os que tenham interesse em fixar-se no concelho. -----

-----Referiu que Celorico da Beira está muito bem localizado e durante muitos anos foi procurado pela sua centralidade. Questionou sobre o que leva a que, atualmente, as pessoas optem por viver neste concelho, em



detrimento dos concelhos limítrofes. Se não houver nada que as atraia dificilmente farão essa escolha.-----

-----Referiu que neste momento é difícil atrair empresários, mas poderá haver outra forma de fixar pessoas no concelho, que passa por tentar atrair famílias para aqui viverem, atendendo às condições geográficas, mas, seria necessário apostar-se em melhores equipamentos e atrativos fiscais. O que não acontece atualmente, ou seja, têm uma vantagem que por si só não é suficiente para fazer a diferença, entre este e outro concelho limítrofe. -----

-----O Senhor **Vereador José Luís Cabral** começou por dizer que as famílias que pretendam fixar-se em Celorico da Beira têm todas as condições para o fazerem. Existem equipamentos neste concelho que foram recuperados e construídos por este Executivo e que estão ao dispor da população, caso do pavilhão gimnodesportivo, a biblioteca municipal, a creche municipal, com preços muito acessíveis, um campo de futebol, entre outros exemplos. -----

-----Quanto à prática desportiva esclareceu o Senhor Deputado, que, no concelho, existem equipas de séniores, iniciados, petizes, benjamins, no futebol, para além de equipa de basquete e praticantes de ténis e karaté. Informou ainda que a autarquia tem apostado na promoção de caminhadas que vão decorrendo ao longo do ano. -----

-----Todas estas modalidades são apoiadas pela Câmara Municipal dentro das suas possibilidades. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** homenageou os atletas Rodrigo e Mariana, bem como o Mestre César Olival pelos resultados apresentados no Karaté. -----

-----Informou ainda, que irá decorrer em Celorico da Beira, nos dias 23 e 24 de maio uma Feira do Desporto, com atividades diversificadas, convidando, desde já, todos os presentes. -----

-----  
-----O Senhor **Deputado António Faria** referiu que não existe qualquer estratégia para fixar pessoas em Celorico da Beira, quando as taxas de IMI estão no máximo, as piscinas estão encerradas e não existe indústria para criar emprego. -----

-----Referiu que a transferência de verbas para as Juntas de Freguesia era uma boa medida. -----

-----Relativamente à EMCEL disse que o PSD há muito andava a alertar para a possibilidade de esta empresa ser obrigada a encerrar, situação que irá prejudicar os funcionários que lá trabalham. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** relativamente às piscinas esclareceu, mais uma vez, que têm um erro crasso na sua construção. Informou que se gastaram milhões na sua recuperação, mas o problema subsiste. Disse que estão em condições de abrir, mas é necessário um desumidificador, caso contrário em pouco tempo ficarão inoperacionais, estragando o trabalho já feito. -----

-----Quanto ao IMI é do conhecimento de todos o porquê das taxas estarem nesses valores, mas esta taxa também é penalizante, por causa das novas avaliações dos imóveis. -----

-----Disse que de facto a indústria é fundamental para o desenvolvimento de uma região e de uma localidade, mas em Celorico da Beira, nos últimos anos têm sido criados muitos postos de trabalho, através de empresas que escolheram este concelho para se fixarem. -----

-----Quanto à proposta do Senhor Deputado António Faria disse que a autarquia está recetiva à transferência de verbas, através da delegação de competências. As Juntas que pretendem esta situação proponham a realização dos contratos. Referiu que trata todas as Juntas de Freguesia de igual modo, sem qualquer discricionariedade política. Aliás, o sentido de voto, neste órgão, demonstra inequivocamente essa situação. -----  
-----

-----O Senhor **Vereador José Luís Cabral** começou por responder ao Senhor Deputado António Faria, referindo que não foram os comunicados do PSD a alertarem que a EMCEL iria fechar que impediram o seu encerramento. A EMCEL será encerrada por imposição de uma lei do atual governo. Aconselhou o Senhor Deputado a entregar o comunicado hoje, ao Senhor Primeiro Ministro, alertando-o para que, o encerramento desta empresa terá consequências graves para as famílias que lá trabalham. -----

-----O Senhor **Deputado Joaquim Abreu** disse que os Presidentes de Junta que têm assento nesta assembleia deviam manifestar-se e falar dos assuntos que os preocupam, porque certamente tem problemas para resolver. -----

-----Relativamente às contas fez uma declaração de voto para justificar o voto da bancada da coligação PPD-PSD/CDS-PP.-----

-----Consideram que neste momento o Executivo está em situação de pagar pelos erros, foi alertado no passado, que iriam ter de pagar e neste momento é o que está a acontecer. -----

-----Disse que não têm dúvidas que as contas estão tecnicamente corretas. No entanto, verificam que as estratégias seguidas pela Câmara Municipal não se têm refletido nos benefícios que gostariam de ver, para os munícipes. Referiu que, desde o início que alertaram para inúmeras situações, apresentadas muitas vezes com pouca clareza, acabando por ter alguma razão nos alertas que foram fazendo. Refere-se, por exemplo, ao falhanço do PAEL e do reequilíbrio financeiro; ao encerramento da EMCEL, veremos se o futuro dos funcionários daqui a um ano é como efetivamente dizem; a não abertura dos equipamentos sociais, que continuam encerrados ano após ano; os Parques Industriais, que apesar do investimento feito não se vislumbra o retorno respetivo.-----

-----Referiu que, é certo que, são melhores pagadores; que existe um controlo da despesa; que há resolução da dívida. Tudo isto só existe

porque, provavelmente, a lei dos compromissos assim o obriga, caso contrário continuaria o despesismo. -----

-----Por fim, disse que, como todos sabem o município não teve opção e foi obrigado a recorrer ao FAM, o último dos recursos possíveis e finalmente o município e os munícipes irão conhecer um mau período nos próximos 20 anos. -----

-----Esta é a realidade das contas e neste momento, esta estratégia não inspira ainda confiança, pelo que voto da bancada PPD-PSD/CDS-PP será no sentido de votar contra os documentos relativos às contas de 2014, apresentados pelo Executivo. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** questionou sobre quantas empresas municipais encerraram no nosso distrito? Todas. Respondeu. À exceção da de Celorico da Beira, que só vai encerrar por força da Lei 50/2012, feita à medida, para encerrar algumas empresas.-----

-----Relativamente às contas referiu que os documentos apresentados falam por isso. Este Executivo conseguiu uma redução de dívida a terceiros no montante de 1.574.525,50€.-----

-----**Submetidos os documentos de Prestação de Contas de 2014 a votação, foram os mesmos aprovados por maioria, com 4 votos contra e 3 abstenções.** -----

-----**5. EMCEL – PRESTAÇÃO DE CONTAS DE 2014** -----

-----Pela Senhora Presidente da Mesa da Assembleia, foi presente o documento referenciado em epígrafe, documento cuja cópia se anexa **(4)** a esta ata, considerando-se integralmente reproduzido e fica arquivado em pasta respeitante a esta reunião. -----

-----O Senhor **Vereador José Luís Cabral** disse que segundo as palavras do Senhor Deputado Joaquim Abreu a internalização da EMCEL

devia ter sido feita à 2 anos atrás e neste momento os funcionários desta empresa estariam todos no desemprego. -----

-----Informou que essa posição não foi tomada na altura porque a Empresa tinha condições para continuar, uma vez que incluir-se-ia no PAEL 1,3 milhões de euros referentes à dívida a terceiros. No entanto, o Tribunal de Contas não aceitou a inclusão da dívida da empresa no PAEL, criando um problema ao Município.-----

-----Reiterou que esta lei foi feita “à medida” para encerrar as empresas, a tutela não aceitou a inclusão da dívida da EMCEL, mas aceita a inclusão da dívida da autarquia. Perante esta situação, a única alternativa é a internalização. Informou que a proposta do Executivo é a cedência de interesse público, têm as portas abertas para todos os funcionários, mas a decisão será do Tribunal de Contas. Informou que irá ser realizada uma reunião com os funcionários para dar conhecimento e explicar este processo.-----

-----**A Assembleia Municipal tomou conhecimento.**-----

-----**6. EMCEL – ORÇAMENTO 2015**-----

-----Pela Senhora Presidente da Assembleia, foi presente o documento referenciado em epígrafe, cuja cópia se anexa **(5)** a esta ata, em pasta respeitante à reunião e considerando-se integralmente reproduzido. -----

-----A Senhora **Deputada Silvina Santos** louvou o esforço que os funcionários da EMCEL têm feito, para se ajustarem às necessidades, revelando a sua polivalência. Deixou uma mensagem de esperança para todos. -----

-----**A Assembleia Municipal tomou conhecimento.**-----

-----**INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**-----

-----Nos termos do n.º 1, do art.º 21.º, do Regimento da Assembleia Municipal de Celorico da Beira, procedeu-se à abertura de um período de tempo para “Intervenção do Público”, não tendo havido inscrições. -----

-----Nos termos do regimento, foi dada a palavra ao Senhor **Vereador Manuel Portugal**, que começou por dizer que, em termos de contas este era o primeiro ano de outros que seriam decisivos para o concelho de Celorico da Beira. -----

-----Relativamente à questão das AdZC referiu que existe incumprimento por parte da autarquia, porque tem dívida em atraso, mas e as AdZC não terão também incumprimentos com a autarquia? A resposta, segundo o Senhor Vereador é óbvia. Esta empresa abastece este concelho com água que não apresenta qualquer qualidade, bem como não construiu as infraestruturas que estavam contratualizadas. É mais do que justo de que quando a autarquia negocie o pagamento da dívida, as AdZC prescindam dos juros moratórios. -----

-----Quanto à execução orçamental o Executivo foi obrigado a reduzir dívida, por força da lei dos compromissos, é da opinião que esta lei também deveria ser aplicada ao governo, haveria decerto uma maior credibilidade nas contas públicas e menos desperdício. -----

-----Disse que estará sempre em defesa da sua terra e o grande desafio passa por todos juntos pensarem no futuro e criarem condições para se investir e trazer pessoas para o concelho. -----

-----Referiu que com o Portugal 2020 já não pode haver candidaturas aos Centros Escolares, tendo que requalificar as escolas. Este tipo de investimento já devia estar feito há muito anos. Celorico, como outros municípios do interior, deixaram passar algumas oportunidades. -----

-----Lançou um repto para que todos juntos pensem no futuro e no crescimento deste concelho. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** referiu que nas candidaturas ao Portugal 2020, o Município de Celorico da Beira, com os projetos que apresentou, absorvia toda a verba que foi atribuída à CIM. Não sabe como irá ser feita essa gestão. -----

-----É da opinião de que as CIM's não irão resolver os problemas dos Municípios e defende a regionalização, como forma de desenvolver e impulsionar o Interior. -----

-----**DELIBERAÇÕES**-----

-----Os textos das deliberações constantes desta ata foram aprovados em minuta para efeitos de eficácia imediata. -----

-----Finalizada a ordem de trabalhos e nada mais havendo a tratar, a sessão foi dada por encerrada pela Senhora Presidente da Mesa da Assembleia, eram 13:50h, da qual se lavrou a presente ata que vai ser assinada pelos membros da Mesa da Assembleia.-----